

Repensar o PT, para enfrentar o retrocesso, defender a democracia e os direitos do povo

Contribuição ao debate no 7º Congresso do PT

Introdução

1. A conjuntura internacional passa por mais um período de tensões políticas, comerciais e econômicas de grande impacto sobre os trabalhadores.
2. Ao aprofundamento da transnacionalização do capital financeiro e à crescente migração da economia eletromecânica para a produção eletrônico-digital, acrescenta-se a veloz implantação da interconexão das coisas e a inteligência artificial, essência da economia 4.0.
3. As redes relativizam fronteiras e o capital transnacional gerencia os fluxos de renda e riqueza. As novas fronteiras tecnológicas provocam uma corrida entre corporações e países. Química fina, engenharia de novos compostos, conexão em ultravelocidades, tecnologia de mobilidade de emissão zero e autônoma, fármacos e robótica médica, são algumas das novas fontes de inovação e patentes.
4. Nesse cenário, EUA, Coréia e China disputam palmo a palmo os espaços do comércio mundial e da vanguarda tecnológica. Os países europeus lutam para acompanhar. O Japão se especializa em nichos e a América Latina, com governos ultraliberais no Brasil e Argentina, distanciam-se e ficam sob a subserviência ao projeto imperialista dos EUA. O novo governo do México, com Lopez Obrador é a possibilidade imediata de um referencial na política internacional e no projeto de desenvolvimento econômico e social.
5. Apesar das novas tecnologias, a disputa pelas reservas de petróleo e gás seguem tendo importância estratégica nessa disputa. A postura do governo Trump em relação ao Brasil, de tutela política, e a atitude golpista em relação ao governo da Venezuela mostram que o pré-sal e as reservas venezuelanas são tratadas como ativos fundamentais dos interesses americanos.
6. As eleições na Argentina podem representar uma mudança importante na geopolítica da América do Sul e a resistência do governo Maduro demonstra que, apesar das dificuldades, o povo e as Forças Armadas de lá não se enganam com os acenos de Trump.
7. As recentes eleições para o parlamento europeu são outra questão a ser analisada. Com um mapa fragmentado nos países, parte dos eleitores demonstram procurar novos símbolos e discursos. Mas o fracasso parcial de Macron na França mostra que nem tudo que é novo se viabiliza na vida real. Os coletes amarelos são uma demonstração da insatisfação de setores que não sentem-se representados pelos movimentos tradicionais.

Brasil, três anos do golpe, mais de 200 dias do governo protofascista.

8. O desfecho do golpe que culminou do longo processo de cerco político/midiático/judicial/econômico à liderança do PT no comando da República fez três anos. Nesse período posterior ao afastamento, o cerco continuou e intensificou-se para assegurar que não daríamos o troco nas eleições de 2018. A lavajato continuou a operar com todo o apoio da mídia e chegaram ao grande objetivo: prender Lula e impedi-lo de vencer as eleições presidenciais. Toda sorte de manobras foi engendrada para mantê-lo encarcerado e até impedir de dar entrevistas no período pré-eleitoral.
9. O governo que resultou da eleição une fascistas, ultraliberais, latifundiários, banqueiros, religiosos fundamentalistas, bancada da bala e inimigos em geral dos direitos humanos, trabalhistas, previdenciários e ambientais. A agenda da truculência política é a linha de atuação. A entrega do patrimônio nacional e a subserviência aos EUA na política externa é a marca. Sem política de desenvolvimento e geração de empregos, o governo apela para liberar dinheiro que já pertence ao trabalhador, do PIS e do FGTS. Mas a economia real, desde o golpe, fecha empresas, elimina empregos, destrói a vida das famílias. O desemprego chega a mais de 28 milhões de pessoas, aí consideradas os desalentados e os que vivem de pequenos trabalhos por conta própria, ganhando menos que um salário mínimo a cada mês. Cada vez mais, pessoas e famílias inteiras moram nas ruas das grandes cidades. A reforma da previdência pode deixar milhões sem direitos e a nova rodada de ataques aos direitos trabalhistas fragilizam o trabalhador e atingem em cheio a luta sindical.
10. Os estados e municípios estão quebrados, em razão da recessão e da redução de programas sociais federais. Uma reforma tributária que fortaleça a situação fiscal do pacto federativo, com base nos impostos que atingem a grande riqueza, a renda opulenta e os lucros e dividendos, deve ser proposta pelos nossos governadores e prefeitos. Saudamos a criação do Consórcio Nordeste, uma inovação que pode dar maior potência aos governos populares da região.
11. Nesse cenário negativo, nossa atuação contra a reforma previdenciária e aos cortes na educação despontam como referências. As mobilizações nacionais em torno desses temas quebrou a lógica da exclusão do povo e das lutas do cenário político. Mas, devemos reconhecer, muitas outras lutas precisam do PT e do povo brasileiro, em maior intensidade e com mais capacidade de conquistar corações e mentes.
12. A luta pela liberdade de Lula é um eixo político e, portanto, pedagógico para reconquistar a narrativa hegemônica do país. Demonstrar que a prisão de Lula foi necessária para implantar o mais pesado retrocesso e transferir trilhões de reais do orçamento público para o sistema financeiro e o conjunto dos rentistas.
13. Nesse sentido, é preciso colar Lula Livre às lutas em defesa das conquistas de inclusão social dos 13 anos e meio de governo democrático e popular. Defender nossa conquistas

na educação, na saúde, nas questões ambientais, nos direitos previdenciários e assistenciais, na valorização do salário mínimo, na moradia, nas questões da agricultura familiar.

Pauta programática para nortear ação do Partido dos Trabalhadores

14. Aumento real para o salário mínimo
15. Retomada do Minha Casa Minha Vida
16. Investimentos em infraestrutura de logística, para gerar empregos.
17. Defesa do SUS e da Previdência e Assistência
18. Reforma Agrária
19. Reforma Tributária: redução de impostos sobre o consumo, tributação dos lucros e dividendos e das grandes heranças
20. Defesa do patrimônio público, das riquezas minerais, das empresas públicas
21. Defesa da Vida, contra a propaganda da violência, defesa das mulheres
22. Contra toda forma de discriminação, o Brasil tem que ser de todas e todos
23. Por uma política externa soberana e multilateralista
24. Em defesa do Trabalho Decente
25. Reforma do Sistema Financeiro
26. Garantia do direito à comunicação com controle social dos meios;
27. Pelo combate à corrupção dentro da lei, sem pirotecnia e conspiração.
28. Na atual situação conjuntural, consideramos que é essencial articular uma frente social ampla com organizações partidárias, sindicais, associativas e personalidades comprometidas com a democracia em torno da luta contra o neofascismo ou profascismo e em defesa dos direitos humanos, sociais, culturais e ambientais. A luta contra a cultura da violência e o estado policial são fatores de grande relevância, que não tem nenhuma contradição com nossa plataforma partidária. Ao contrário, nos nossos governos fomos atuantes e persistentes em relação a esses assuntos. Mas que ampliam e podem ser determinantes para o processo de lutas que devemos conduzir em outros campos.
29. Para além disso, manifestamos nosso apoio à política que tem sido conduzida no sentido de manter uma permanente ação de unidade com os partidos de esquerda, que tem interesses e estratégias diversas, mas que podem unificar várias lutas com o PT.

Uma reflexão sobre o PT

30. O PT segue como partido preferido dos brasileiros (entre os que têm preferência). Apesar da campanha permanente da mídia, dos ataques de setores do Judiciário e do Ministério Público, o partido tem raízes profundas no imaginário político nacional. Muitas dezenas de milhões de brasileiros digitaram o 13 nas eleições nacionais dos últimos trinta anos. E muitos outros o fizeram em eleições municipais e estaduais e foram testemunhas de nossa participação em lutas sindicais e populares.
31. O PT tem nas suas resoluções objetivos ambiciosos, que vão muito além das realizações de nossos treze anos e meio de governo federal. Enfrentamos, em 2018, um processo eleitoral extremamente radicalizado, por conta do cerco vivido desde 2013 que resultou no golpe parlamentar/midiático/judicial de 2016. Foi um embate no qual as forças golpistas buscaram liquidar nossa capacidade de recuperação, expressa na preferência partidária e na intenção de voto em Lula e na votação expressiva de Haddad/Manuela nos dois turnos.
32. Para além do horizonte eleitoral, o PT precisa alterar radicalmente sua forma de organização e funcionamento. Para além do óbvio conceito de partido de massas, que é - por direito e mérito próprios - tem como condição de sobrevivência e sucesso, que constituir uma estrutura funcional verticalizada (de baixo para cima) e democrática, com maior conteúdo ideológico que alinhe a máquina eleitoral com a capacidade de ação política de massas fora das eleições.
33. O PT conta com uma grande bancada de deputados e senadores, quatro governos estaduais, uma quantidade de prefeitos e vereadores reduzida pelas condições da última disputa eleitoral, uma considerável presença nos movimentos. Mas sua funcionalidade orgânica é muito limitada. Isso ficou claro na resistência ao golpe de 2016 e à prisão de Lula. E fica ainda mais nítido na tibieza de nossa política de finanças e na dificuldade de mobilizar a própria estrutura partidária para atividades fora das eleições. O mesmo vale para a dificuldade de atuar de forma dirigente na resistência às reformas trabalhista e previdenciária. Claro que nossa atuação parlamentar foi forte e visível, mas é vital articular de forma mais efetiva com os movimentos a resistência real nas bases.

Seremos um partido de perspectiva apenas eleitoral? Um partido de opinião?

34. Seria uma opção muito limitada e equivocada e talvez ninguém a defenda. Mas como sair da declaração para a prática? Somos o Partido dos Trabalhadoras e o TRABALHO deve ser uma das vertentes centrais de nossa perspectiva. É preciso que o sindicalismo seja renovado e reforçado como vertente prioritária de nossa intervenção, sem prejuízo de outras lutas, mas integrando todos os aspectos da vida da classe trabalhadora à integração entre partido/sindicatos/movimentos. Entre o território, moradia e local de trabalho, toda escolha é equivocada. Devemos nos organizar para intervir em todos os espaços e temas.

35. Quais as bases reais de representação da classe trabalhadora e suas lutas podemos incorporar permanentemente? O funcionamento interno do partido e a relação entre as instâncias e os mandatos precisam ser repensados. A representação política, historicamente, leva ao assalariamento de dirigentes (fora da realidade da classe trabalhadora) e ao autonomismo dos mandatos, executivos e legislativos. Cria novos condicionantes de interesses que distanciam nossa realidade da vida dos trabalhadores que pretendemos representar.
36. Ademais, a vida partidária gira predominantemente em torno de atividades internas de baixa eficiência e limitada organicidade. Planejamento e avaliação são atividades de pequena atenção nas nossas instâncias. Reuniões que começam e terminam em si mesmo, atividades sem objetivos claros, dificuldade de avaliar resultados reais, tudo isso leva à baixa eficiência, desperdício de recursos e desânimo das bases.
37. É preciso fazer a reforma política e orçamentária interna do PT. Esta reformulação passa por definir qual é a base do partido e a nossa capacidade de organizar os trabalhadores em torno de um projeto partidário forte. Qual é afinal o nosso conceito de política organizativa? Como fazer fluir o debate da base à cúpula, os processos decisórios, a execução das decisões, a avaliação dos resultados e a forma de impedir que a vida partidária constitua em veículos de carreiras e carreirismo? Como coibir a formação de uma “classe política” interna, constituída de assalariados, dependentes materialmente da vida interna do partido. Como estabelecer uma métrica de representatividade real?
38. Como impedir a relação de dominação decorrente do empreguismo e clientelismo intrapartidário?
39. Somos orgulhosos em dizer que temos mais de 2 milhões de filiados. Mas sabemos, pelo próprio processo eleitoral interno que pouco mais de 300 mil, com grande esforço militante/material, comparecem para votar. Grande parcela está diretamente ligada às estruturas de mandatos, sindicatos e outras. Isso não é ruim, por si s mas nossa relação de participação real dos que não têm nenhuma relação de interesse é limitadíssima. O partido não tem uma política permanente para seus filiados que não integram as instâncias. Sem uma dinâmica participativa, nos limitamos aos processos eleitorais, e muitos fazem das tendências suas instâncias reais.
40. Precisamos migrar para um novo modelo organizativo, no qual a referência real de formação do poder interno seja decorrente da organização de filiados que não tenham dependência econômica das estruturas políticas, a partir do planejamento de atividades políticas baseadas nessas relações de massa. Um partido focado nas lutas populares, capaz de se articular com a sociedade, em particular com sua base ideal, os trabalhadores, no conceito de quem depende do trabalho, o que inclui pequenos empreendedores. Sem prejuízo de alianças e articulações com outros segmentos. Mas sempre a partir da nossa força e na nossa perspectiva de classe.

41. Esse, evidentemente, é um projeto/processo, de médio e longo horizontes, que não conflita com as demandas e obrigações imediatas. Mas defendemos que o PT estabeleça uma reorganização política para dar conta desses desafios, sem sectarismo, sem oportunismo, com base na construção de consensos para mudar para melhor.
42. Proposta concreta: mandar um fórum para propor as bases dessa reforma, submeter à consulta dos filiados nas bases, recolher as opiniões e contribuições e até maio de 2020, o Diretório Nacional delibera o detalhamento das mudanças de organização, com os temas:
- a. Reforma dos fóruns e funcionamento, com ênfase no papel dos filiados comuns do PT;
 - b. Reforma orçamentária/orçamento participativo/transparência financeira;
 - c. Relação com sindicatos e movimentos nas bases e nas demais instâncias; e
 - d. Redução das despesas das instâncias/eventos nacionais para maior investimento na presença do PT nas bases.